



A encruzilhada fiscal



António Domingues de Azevedo

Bastonário da
Ordem dos
Técnicos
Oficiais de Contas

O País vive um momento de elevada complexidade no domínio económico, financeiro, social e político. Em véspera de eleições europeias, com a legislatura a entrar na reta final e com as presidenciais ao virar da esquina, os partidos concentram as suas atenções em agradar ao eleitorado, tendo em vista capitalizar simpatias, traduzidas em votos nas urnas. Quem governa, pretende perpetuar-se no poder, procurando encobrir com golpes de ‘marketing’ a incompetência e a insensibilidade. Cometeram-se e cometem-se, diariamente, abusos e atrocidades, com o irrevogável argumento que “tem de ser”.

É certo que não podíamos prosseguir no ritmo trilhado. Mas quem está a pagar os desequilíbrios são os que trabalham por conta de outrem e, pior ainda, os que menos têm. Chegamos a um ponto de insustentabilidade tributária: nunca os impostos sobre os que trabalham foram superiores aos impostos sobre o consumo. Até hoje. Como cidadão tenho dificuldade em ver a pensão de escassas centenas de euros que recebe um reformado ser ainda mais emagrecida em nome do interesse nacional. A estratégia faz lembrar aquele ‘slogan’ publicitário do Totobola, dos idos anos 80: “é fácil, é barato e dá milhões”. Faz-se uma portaria, alteram-se as tabelas de retenção fonte e apresenta-se à opinião pública de forma embrulhada, para dificultar a compreensão generalizada.

A antecâmara de um aumento fiscal acontece, normalmente, quando se anuncia a simplificação de um imposto e a redução de escalões. Os incautos acreditam logo que vão pagar menos, mas é

pura ingenuidade. Vão é desembolsar mais. É por isso, que a constituição de uma comissão para reformar o IRS me causa verdadeiros suores frios. Até porque este tem sido o imposto que mais transfigurações tem sido sujeito nos últimos anos, em completo antagonismo com a conceção da reforma de 1989, assente numa lógica humanista e individualizada. Abandonou-se o critério de tributação das particularidades de agregado familiar, concentrando-se a tributação, quase em exclusivo, nos rendimentos na fonte.

Trata-se de um exercício da maior injustiça no domínio da tributação pessoal. Estamos a tributar fantasmas, em vez de se tributar realidades objetivas. Por isso, alerta, que a fiscalidade portuguesa está numa dramática encruzilhada. Faço votos para que o repensar do IRS não seja uma réplica encapotada do que se fez no IRC.

Há todo um mundo por explorar em ambos os impostos. No IRS, creio que se podiam implementar deduções por escalões e fixar tetos para as despesas, só para citar dois exemplos. No que respeita ao IRC, o dinheiro dos impostos que deixasse de ser pago pelas empresas devia ficar em reservas dessas mesmas empresas, só podendo ser movimentado em situações concretas, como a criação de postos de trabalho ou para aplicar em projetos de investimento. Foi esta finalidade que não foi contemplada pelos decisores. Fizeram-se alterações pontuais, para beneficiar uns quantos, perdendo-se uma oportunidade de ouro

Como a imaginação humana não tem limites e não há almoços grátis, a nova moda que se perspetiva no horizonte é a tributação verde. Diz-se à boca pequena que os impostos ambientais vão pagar a descida do IRS. É de prever o pior O que aí vem só pode ser maior tributação para as empresas. ■

O autor escreve ao abrigo do novo acordo ortográfico